8º congresso dos professores do norte

POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA | UMA PROFISSÃO DIGNIFICADA

20 e 21/nov 2026 | HOTEL AXIS VERMAR | PÓVOA DE VARZIM

Intervenção de abertura do 8.º Congresso do SPN

Bom dia a todas e todos! Em nome da Coordenação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), saúdo e agradeço a presença de todos, repetindo as boas-vindas ao 8.º Congresso dos Professores do Norte, passando a concretizar: Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SPN, Manuela Silva, Senhora Presidente do Conselho Fiscal e de Jurisdição do SPN, Ana Aguiar, os meus colegas de mesa, Francisco Gonçalves, Coordenador do SPN e um dos dois Secretários-Gerais da FENPROF, Paulo Campos, e todos os demais delegados ao Congresso.

Um Congresso que é feito com e por todos nós, mas que evidentemente nos transcenderá, pois as comunicações e os documentos que aqui serão apresentados, debatidos e, quando seja o caso, aprovados irão ajudar a orientar a ação do SPN para os próximos anos, na defesa intransigente de uma Educação e de uma Escola Democráticas, de qualidade e realmente inclusivas e por uma profissão efetivamente valorizada, para citar muito livremente o lema que aqui nos congrega.

Saúdo e agradeço ainda a presença da Senhora Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Dra. Andrea Silva, bem como de todos os nossos demais convidados, alguns do mundo sindical, como é o caso dos representantes de alguns dos sindicatos que integram a FENPROF (Cátia Domingues, do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa — SPGL; Euclides Carquejo, do Sindicato dos Professores da Região Açores — SPRA), de Isabel Tavares, Irene Lopes e José Miguel, em representação da CGTP-IN e da Inter-Reformados, do Paulo Sucena, ex-secretário-geral da FENPROF **e sócio honorário do SPN**, dos antigos dirigentes do SPN Ana Maria Brito Jorge, ex-presidente da Mesa da Assembleia Geral, do Mário David Soares e da Sónia Rocha, ex-coordenadores, de organizações internacionais, como os nossos companheiros Diego Boquete Sánchez, da CIG-Ensino, da Galiza, e José Augusto Cardoso, Secretário Executivo da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa — CPLP-SE, organização sediada em Portugal, mas que tem, claro, uma composição transcontinental.

Saúdo também os representantes de outras organizações ligadas à educação, como a ANDAEP — Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicos, aqui representada por Filinto Lima, e o coletivo Voz aos Estudantes, representado por João Baldaia.

Uma saudação também aos advogados e aos funcionários do SPN aqui presentes, cujo contributo e trabalho, em vários casos, começou a montante deste Congresso e aqui continuará, nestes dois dias, para um grupo significativo, um trabalho que vai tantas vezes muito além disso e que faz com que, ao "vestirem a camisola do SPN", também construam, no dia a dia, o Sindicato que somos e tanto contribuam para a confiança que nele depositam os professores da nossa região.

Last but surely not least, saúdo e agradeço reconhecidamente aos nossos sete ilustríssimos oradores convidados, as Professoras Elsa Estrela, Isabel Baptista e Isabel Menezes e os Professores António Nóvoa, António Teodoro, Licínio Lima e Pedro Vasconcelos — Licínio Lima que também é, acrescento, sócio honorário do SPN. Estes sete reputados investigadores terão o papel principal neste primeiro dia de trabalhos, mas os seus contributos não deixarão de marcar igualmente, decerto, a discussão de cariz mais sindical a ter lugar amanhã e, depois, a nossa ação futura.

São vários os convidados que muito nos honram com a sua presença e mais seriam, decerto, não fosse a coincidência de datas deste Congresso, evidentemente agendado há vários meses, com a realização, hoje, de uma greve geral da Administração Pública, mas que, pelo pré-aviso específico emitido pela FENPROF, abrange igualmente os docentes do Ensino Particular e Cooperativo e do setor social, e uma Manifestação Nacional, amanhã, coincidência que, entre outros motivos, impede a presença física de vários outros convidados, como impede, infelizmente, a nossa participação na Manifestação de amanhã, a ter lugar em Lisboa.

Sejam, pois, bem-vindas e bem-vindos ao 8.º Congresso dos Professores do Norte e à Póvoa de Varzim, que se assume quase como uma espécie de Casa dos Congressos do SPN, pois este é já o quarto a ter aqui lugar (houve ainda dois no Porto, um em Braga e outro, o mais recente, em Guimarães).

Não tendo o Congresso do SPN prevista estatutariamente uma periodicidade rígida, nos 44 anos de vida anteontem completados pelo SPN — peço uma salva de palmas para o aniversariante, que somos todos nós e milhares de outros, na realidade, enquanto sócios! —, a regularidade da sua realização não foi exatamente constante, ainda que tenha sido menos espaçada a sua realização nas duas primeiras décadas de vida do SPN, com os congressos anteriores a terem ocorrido nos anos de 1985 (em março, menos de dois anos e meio após a fundação, portanto), 1988, 1993, 1996, 2000, 2003 e 2011.

Na unidade, consolidar a força e a vontade dos professores do norte foi o lema do 1.º Congresso, repescando em boa parte a consigna que presidira à própria fundação do Sindicato.

Nos congressos seguintes, tivemos lemas como *Uma educação e um ensino para o futuro*; *Por uma nova escola, nova política educativa afirmando a intervenção dos professores*; *Profissão viva | Sindicato forte*, *Ensinar e aprender numa escola solidária*; *Educar para a Democracia | construir uma escola solidária* e, finalmente, *Escola Democrática — Pública | Solidária | Para todos*. Constata-se, pois, que valores como a Democracia, a Solidariedade, a Escola Pública, a inclusão e a importância da intervenção dos professores sempre pautaram, pautam e pautarão, decerto, o debate e a ação sindical no SPN.

Mas 44 anos de vida implicaram, necessariamente, tempos e condições muito diversos para esse debate e essa ação. Assinalo, por exemplo, que os primeiros seis Congressos decorreram ao longo de três dias, os dois primeiros entre quinta-feira e sábado, e os quatro seguintes, de 4.ª a 6.ª feira. Ou seja, só a partir do 7.º Congresso, os trabalhos foram reduzidos a apenas dois dias, em ambos os casos 6.ª e sábado. Decisões que demonstram uma crescente dificuldade de participação cívica que marca a classe docente, mas não só. Outra significativa prova dessa dificuldade fica patente na evolução do número de delegados previstos, que, nos seis primeiros Congressos, oscilou entre 700 e 900, para no 7.º Congresso descer para 450 e hoje sermos 250.

Verdade seja dita, os responsáveis da pasta da educação concederam, ao longo do tempo, dispensa especial de serviço para a participação dos delegados em vários dos anteriores congressos, algo que não sucedeu com o MECI para este 8.º Congresso, não nos tendo sequer dignificado com uma resposta ao pedido enviado. Bem, na verdade, Fernando Alexandre e a sua equipa é que não se dignificaram nem às suas funções, ao deixarem sem resposta o pedido apresentado. Sem surpresa, no entanto, pois o mesmo tem acontecido a sucessivos ofícios enviados pela FENPROF sobre diversos assuntos, ao longo dos últimos meses, mais de um ano até.

Não há, assim, que escamotear as dificuldades próprias de um tempo em que se verifica um acentuado decréscimo na participação na ação coletiva, em que o individualismo campeia e mesmo quando, por vezes, se coletiviza, é de uma forma muito mitigada, na estrita medida do que o meu camarada Francisco Gonçalves costuma chamar de "espírito de tribo", em coligação em torno de um interesse comum, para além do qual nada mais importa.

Mas os tempos que vivemos pedem precisamente o inverso, pedem — ou melhor, exigem! — disponibilidade para a luta, mas de forma coletiva e organizada, em torno de múltiplos aspetos da nossa vida e não só no âmbito estrito da Educação ou da Profissão Docente. Serão essa disponibilidade e essa capacidade de organização, dos professores e da sociedade em geral, a única forma de agir para podermos vencer o combate pelo tipo de mudanças que pretendemos na Educação, na Escola, como noutras áreas da vida.

Curiosamente, identificam-se vários pontos de contacto entre o momento atual e aquele em que teve lugar o 7.º Congresso. Há quase 16 anos, sentiam-se fortemente os reflexos de uma crise económica internacional e iniciava-se um novo período de congelamento de carreiras, que se estenderia por uns longos sete anos, a juntar a outros dois anos e quatro meses a todos sonegados entre 2005 e 2007, e estavam em curso ou não tardariam outras medidas austeritárias, implicando descidas de salários, cortes de subsídios de férias e de Natal, subidas de impostos, quer do IVA, quer do IRS, e mesmo a criação de novos impostos ou taxas.

Mas tal sucedeu imediatamente após um período marcado por medidas positivas, como aumentos salariais em toda a Administração Pública (2009) ou a melhoria do ECD, que Maria de Lurdes Rodrigues estraçalhara em 2007 (2009 e 2010).

Também os tempos que hoje atravessamos estão longe de ser animadores, apesar de em 2024 ter sido finalmente regulada a recuperação, para muitos docentes, dos mais de seis anos e meio de tempo de serviço ainda por contabilizar para a carreira e de serem frequentes as promessas do MECI de uma efetiva valorização da carreira docente.

Assim, hoje assiste-se a uma deriva neoliberal de vários governos, de que Portugal é um bom, mas triste exemplo, com crescente recurso, de novo, à tentativa de imposição — ou à concretização — de políticas que constituem um ataque sistemático aos trabalhadores e aos seus direitos laborais e sindicais, como a proposta de Pacote Laboral apresentada pelo governo comprovou inequivocamente, bem como à qualidade dos serviços públicos; constata-se o reforço generalizado da extrema-direita, aquém e além-fronteiras, e a guerra, em várias latitudes e longitudes, Europa incluída, é infelizmente tema omnipresente no nosso quotidiano, a guerra e todas as suas consequências, também no plano económico, de que o crescimento dos preços dos combustíveis, de muitos bens essenciais e das despesas com a habitação são as faces mais visíveis e penosas.

Mas já vivemos tempos difíceis antes e nunca perdemos o norte — bem, logo nós, seria impensável e imperdoável… — no combate às piores medidas que tivemos de enfrentar e no reforço da luta. Pelo que temos de continuar a deixar bem claro, com ação, com luta e com propostas, que é possível trilhar outros caminhos e encontrar soluções mais justas para a Escola, a Educação, a profissão e a sociedade. Mostrar que o caminho que nos querem fazer crer que é único e inevitável não é, afinal, nem uma coisa nem outra!

E o 8.º Congresso dos Professores do Norte há de comprovar precisamente isso mesmo: é possível um outro rumo em vários planos da vida e, também, para a Escola Pública, para a Educação e para a profissão docente!

Com o contributo dos sete reputados investigadores que gentilmente acederam a vir partilhar connosco o seu imenso saber neste primeiro dia de trabalhos, espoletando a reflexão e o debate, hoje e amanhã, em torno de uma **Educação** que queremos **Democrática e Emancipadora** e de uma **profissão** que se deseja **Autorizada e Valorizada**, pegando nos temas das duas mesas temáticas que se vão seguir, daremos decerto passos importantes para enformar a intervenção do SPN e dos professores do Norte perante os complexos desafios que temos pela frente.

Vivemos tempos que deixam clara a urgência do regresso de uma gestão efetivamente democrática às nossas escolas e à organização do sistema educativo, num tempo em que o caminho que o governo se propõe trilhar é precisamente o do reforço de poderes de um órgão unipessoal, atirando para papéis cada vez mais secundários ou desligados da vida da escola os seus órgãos colegiais.

Tempos que exigem grande reflexão sobre as questões curriculares, designadamente no que respeita a uma fusão de ciclos de que ainda tão pouco se sabe quanto às intenções do governo, mas que não parece ter no centro preocupações de natureza pedagógica, mas antes torná-la em mais uma forma de responder, pela via organizacional, à crescente falta de docentes.

Tempos em que a escola como efetivo espaço de diversidade e de inclusão está na ordem do dia, num momento em que o país parece ter dado um enorme passo atrás com a publicação, no passado dia 3 de novembro, do Decreto-Lei 208/2026, que veio alterar o Decreto-Lei 54/2018, esse, sim, um diploma por muitos considerado como de caráter progressista e inovador, mas cuja plena consecução dos objetivos foi sempre prejudicada pela enorme e generalizada carência de recursos, tanto humanos como materiais.

Tempos em que assume particular importância o compromisso ético da profissão e a dimensão humana da relação professor-aluno e o seu caráter insubstituível, mesmo num tempo em que expressões como tecnologias, digitalização ou inteligência artificial assumem grande importância, também no contexto educativo, é claro.

Tempos em que à repetição de vãs promessas de valorização das carreiras docentes e de investigação científica não correspondem as necessárias ações por parte da tutela, bem pelo contrário, de que são exemplo a negociação do ECD a arrastar-se indefinidamente e com os ainda parcos desenvolvimentos a revelarem-se profundamente negativos — adoção do ReCAP no âmbito do perfil dos docentes, abastardamento de habilitações para a docência, designadamente no 1.º Ciclo do Ensino Básico, ou alterações de cariz muito negativo na legislação relativa ao recrutamento, assim como o total desrespeito pelos direitos de

participação e negociação coletiva, como a ausência total de negociação em matérias essenciais para o Ensino Superior e a Ciência (RJIES, ECIC ou ainda a transformação de Institutos Politécnicos em Universidades).

São mesmo muitos e relevantes as preocupações e os perigos que a educação, a profissão docente e o mundo enfrentam, mas teremos sempre de equacionar e puxar, se me permitem, pelas enormes potencialidades para se seguir um rumo positivo e de verdadeira aposta no ser humano e sobretudo nas crianças e nos jovens, em todo o mundo, com o objetivo de contribuir para a existência de uma Educação, uma Escola e uma Sociedade mais igualitárias, mais justas e mais solidárias.

Com esses objetivos sempre em mente, o Sindicato dos Professores do Norte não deixa também de abordar, neste Congresso, a sua própria organização e o seu / nosso trabalho com e junto dos professores, seja nas escolas, no atendimento na sede e nas delegações, na formação, na informação sindical, nas iniciativas promovidas ou em qualquer outra área, visando sempre a melhoria do nosso trabalho, sobretudo em áreas ou situações que possam ser identificadas como motivando mais queixas ou, pelo menos, uma menor satisfação dos nossos associados.

Antes de terminar, quero aqui deixar, em nome da Direção do SPN, uma calorosa saudação a todos os trabalhadores da Administração Pública hoje em luta por melhores condições de vida e de trabalho, melhores salários e melhores serviços públicos, que sirvam verdadeiramente as populações, e em especial a todos os docentes aderentes, uma vez que a FENPROF e todos os seus sindicatos se associaram a esta greve, alargando aliás o seu âmbito também a todos os docentes e investigadores em funções em estabelecimentos privados, cooperativos ou do setor social, bem como no Ensino Português no Estrangeiro, pedindo a todos que nos juntemos numa salva de palmas a todos os que estão hoje nesta necessária e meritória luta.

Com isto termino, desejando-vos, ou melhor, desejando-nos a todos um grande Congresso!

Viva o SPN! Viva a FENPROF!

E vivam os professores do Norte, mas também os de todo o mundo!

***José Manuel Costa**, Coordenador do SPN*